

Rolagem será a maior já feita

VICENTE DIANEZI

"A renegociação das dívidas dos Estados e municípios é a maior da história do mundo. É maior que a do México. Não podemos deixar que isso aconteça sem nenhuma discussão". O alerta é do economista e deputado José Serra, líder da bancada do PSDB na Câmara, depois que tomou conhecimento, na sexta-feira, das condições do refinanciamento dos US\$ 56 bilhões que os Estados devem à União. O refinanciamento faz parte do acordo entre PMDB e governo, em troca de apoio do partido do ex-governador Orestes Quêrcia à reforma tributária de emergência, que objetiva tirar, em 1992, algo em torno de US\$ 5 bilhões a mais da sociedade. Além disso, o refinanciamento das dívidas dos Estados e municípios levará o Tesouro Nacional a emitir mais títulos públicos, em 1992, decisão perseguida pelo PMDB, que está de olho nas eleições municipais.

Mas não foi só o deputado tucano quem criticou o acordo. "Os contribuintes vão pagar por essa renegociação", avaliou o também economista e deputado federal, Aloísio Mercadante (PT-SP), ao lembrar que as regras da renegociação beneficiam mais os Estados ricos do que os pobres.

O acordo não vai ficar por aí. O PMDB comprometeu-se a apoiar o governo, em 1992, na adoção de três novos impostos: o Imposto sobre a Importação de Combustíveis — que elevará os preços do insumo para os consumidores —, o Imposto sobre o Saldo Devedor dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação e o Imposto sobre Grandes Fortunas. Mais ainda, os assalariados deverão pagar pelos prejuízos da má aplicação dos recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), para o qual Estados e municípios devem algo em torno de US\$ 4,4 bilhões. O passivo do FGTS deverá ser bancado pelos assalariados, mas sobre este tema o PMDB ainda não fechou questão.

O problema é que pelo esquema da rolagem, ao contrário do que havia sido fixado no falecido Emendão, a União não terá caixa para bancar a dívida de Estados e municípios. Para fazer a rolagem, o Emendão propunha a criação de um *funding* — com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido aos municípios, e do Finor (Fundo de Investimento do Nordeste) e Finam (Fundo de Investimento da Amazônia) — para fazer caixa livrando o Tesouro Nacional de emitir moedas ou títulos, o que deverá fazer agora, se a rolagem for aprovada pelo Congresso. Como a reforma tributária levará no máximo US\$ 5 bilhões para o Tesouro — e deste total, metade será repassada pelos fundos constitucionais aos próprios Estados e municípios — um especialista em orçamento do PSDB fez o seguinte comentário: "O governo, nesse acordo, trocou US\$ 56 bilhões por US\$ 2,5 bilhões".

Negociação

Ontem, líderes de todos os partidos, funcionários do Ministério da Economia e secretários de Fazenda de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul se reuniram por mais de cinco horas, na Câmara dos Deputados, para repassar todos os detalhes do projeto de rolagem da dívida dos Estados e municípios, e discutir contrapropostas. Hoje, o encontro vai se repetir e as discussões se concentrarão em duas contrapropostas para o refinanciamento da dívida mobiliária e outra para as dívidas dos Estados junto a bancos e organismos oficiais. Segundo o deputado César Maia (PMDB-RJ), o fato dos partidos que se opõem à rolagem terem apresentado contrapropostas é um indício de que poderá haver acordo.

**Colaborou Jocimar
Nastari/AE**